

Plenário aprova estatuto que protege os idosos



Roosevelt Pinheiro

■ Acolhido por unanimidade, projeto agora só precisa da sanção presidencial

Os cerca de 20 milhões de idosos brasileiros poderão contar em breve com uma legislação que protegerá seus direitos e punirá severamente quem desrespeitá-los. O Plenário aprovou ontem, por unanimidade, o Estatuto do Idoso, de autoria do senador Paulo Paim. Para tornar-se lei, o projeto, que já passou pela Câmara dos Deputados, depende agora apenas da sanção presidencial. Dezenas de pessoas assistiram das galerias do Senado à aprovação do estatuto.

Páginas 4 a 6

EXPECTATIVA Dezenas de pessoas acompanharam ontem à tarde a votação do Estatuto do Idoso

Penalidades para quem infringir o Estatuto do Idoso

- **Deixar de prestar assistência a idoso sem justa causa**
detenção de seis meses a um ano
- **Abandoná-lo em hospitais, casas de saúde ou abrigos**
detenção de seis meses a três anos e multa
- **Coagir o idoso a doar, contratar, deixar em testamento ou outorgar procuração**
reclusão de dois a cinco anos
- **Retirar cartão magnético de conta bancária de idoso com o objetivo de receber pensão, aposentadoria ou qualquer outro benefício**
detenção de seis meses a dois anos e multa
- **Exibir, em qualquer meio de comunicação, informações ou imagens depreciativas ou injuriosas do idoso**
detenção de um a três anos e multa
- **No Código Penal,** o projeto altera o agravamento de pena para homicídio culposo, incluindo um terço a mais de pena quando a vítima for idoso acima de 60 anos. Atualmente, o agravamento é para os casos envolvendo menores até 14 anos



Roosevelt Pinheiro

VITÓRIA Paim apresentou projeto quando ainda era deputado federal

CCJ deve votar hoje reforma da Previdência

Está marcada para as 10h de hoje a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que vai apreciar o relatório do senador Tião Viana à proposta de reforma da Previdência Social. Os 23 integrantes da comissão

votarão o texto de Viana, que manteve na íntegra o projeto já aprovado pelos deputados federais. A oposição anunciou que tentará aprovar emendas, mas a estratégia do governo é discutir mudanças somente em Plenário.

Página 3



Waldemir Rodrigues

VOTO Os integrantes da CCJ vão apreciar o relatório de Tião Viana

Ex-bancário revela esquema do Banestado

Página 8



Sarney discute realizações da Suframa

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem, da superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa), Flávia Skrobot Grosso, informações sobre os projetos em andamento na área de atuação da Suframa, que abrange a Amazônia Ocidental, formada pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, e da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, no Amapá.

Segundo Flávia, a Suframa estimula projetos demonstrativos das potencialidades regionais em setores como os de frutas tropicais, madeira e do ecoturismo, além de promover a implantação do centro de biotecnologia da Amazônia.

Maguito lamenta falecimento de professora de GO

Maguito Vilela (PMDB-GO) apresentou ontem voto de pesar pela morte de Brasilete Ramos Caiado, "uma referência goiana na área cultural". Em nome do segmento ligado à cultura e à educação de Goiás, o parlamentar lamentou o falecimento da professora universitária, no último sábado, aos 72 anos.



Para Maguito, professora é referência

A professora, filha do ex-governador goiano Brasil Caiado, dedicou sua vida à cultura e à promoção da cidade de Goiás, a primeira capital do estado.

Agenda

Programa Primeiro Emprego em exame no Senado

O Plenário deve votar hoje, a partir das 14h30, proposta que cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego e o projeto que altera a lei do

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (PLC nº 58/03 e nº 21/03, respectivamente).

Sarney recebe autoridades brasileiras e estrangeiras

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 10h, Jorge Moragas, secretário-executivo do Partido Popular Espanhol; às 10h45, a senadora Ideli Salvatti

(PT-SC), acompanhada de Décio Lima, prefeito de Blumenau (SC); às 11h, Evandro Guimarães, diretor das Organizações Globo; às 11h30, Ulisses Fagundes Neto,

reitor da Universidade Federal de São Paulo; às 12h, delegação de senadores franceses; e, às 12h30, o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima.

Reforma da Previdência vai a votação na Comissão de Justiça

A partir das 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne para votar proposta que trata da reforma da Previdência (PEC nº 67/03). O relator da matéria, senador Tião Viana



(PT-AC), não aceitou as emendas apresentadas e manteve o projeto da forma como foi votado na Câmara dos Deputados. A CCJ é presidida pelo senador Edison Lobão (PFL-MA).



CFC pode ouvir ministro dos Transportes

O requerimento solicitando a convocação do ministro dos Transportes, Anderson Adauto (foto), para esclarecer denúncias publicadas na imprensa sobre procedimentos administrativos

no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte e no próprio ministério, é um dos itens da pauta da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), com reunião hoje, às 11h30.

Subcomissão Fome Zero faz reunião

Presidida pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), a Subcomissão Fome Zero se reúne hoje, às 11h, para discutir aspectos econômicos do programa de atividades do colegiado, apresentado pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), entre outros assuntos. A subcomissão destinada a fiscalizar as agências reguladoras, presidida pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), também se reúne, às 12h, para discutir assuntos administrativos.



Dívida pública dos estados

A Subcomissão da Dívida Pública vai ouvir hoje, às 18h, o secretário da Fazenda da Bahia, Albérico Marcarenhas. O colegiado, que tem promovido audiências para discutir a dívida pública dos estados, já ouviu o governador do Amazonas, Eduardo Braga, e a governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus.

CPIs ouvem depoimentos

A CPI do Banestado ouve hoje, às 10h, Antônio Araújo dos Santos, Theógenes de Oliveira e Luiz Antônio Paganini, sobre operações do banco em Foz do Iguaçu (PR). A CPI da Exploração Sexual, que investiga as redes de exploração de crianças e adolescentes, também vai ouvir depoimentos, às 11h, em caráter sigiloso.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Nelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Roosevelt Pinheiro

BENEFÍCIO Portador de doença crônica deve ter medicamentos gratuitos, propõe Luiz Otávio

Luiz Otávio quer remédio de uso contínuo no SUS

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) pediu aos demais parlamentares a aprovação de projeto de lei de sua autoria que propõe a distribuição gratuita, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de medicamentos de uso contínuo aos portadores de doenças crônicas. Tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a proposta (PLS nº 352/2003) será relatada pelo senador Augusto Botelho (PDT-RR).

O projeto estabelece ainda que o Poder Executivo deverá fazer padronização dos medicamentos a serem utilizados no tratamento de cada doença. A padronização, que deverá ser revista e republicada anualmente ou sempre que for necessário, explicou Luiz Otávio, orientará os gestores do SUS na compra dos medicamentos.

A aquisição de medicamentos de uso contínuo tem grande peso nos orçamentos das famílias mais pobres, argumentou o senador, para quem os remédios "não são produtos supérfluos cujo comércio possa ser entregue à simples lei da oferta e da procura".

Ampliação

Convicto da relevância do projeto, Luiz Otávio lembrou que o país já conta com a experiência bem-sucedida de distribuição gratuita de remédios aos portadores do vírus HIV.

— É chegado o momento de ampliar essa exitosa experiência, estendendo para os demais usuários de medicamentos de uso contínuo a obrigatoriedade de o SUS prestar, gratuitamente, assistência farmacêutica — afirmou, defendendo ainda vigilância sobre o mercado de remédios, pelas autoridades governamentais, para evitar o aumento abusivo de preços.

Universitário carente pode receber bolsa de estudo

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Nacional de Bolsas de Estudo para alunos carentes do ensino superior privado. O PLS nº 198/2001 foi aprovado com 10 votos favoráveis, 2 contrários e 2 abstenções. Como tramita em ca-

ráter terminativo, segue para exame da Câmara dos Deputados, a não ser que haja pedido de nove senadores para que o texto seja submetido ao exame do Plenário.

Foi aprovado o parecer do senador Hélio Costa (PMDB-MG) favorável à matéria, que tem como autor o então senador Iris Rezende. O projeto aprovado pela CE determina

que os recursos para as bolsas sejam previstos no Orçamento da União e que o Poder Executivo deverá fixar o valor mensal do benefício e definir os critérios que comprovarão a carência econômica e que farão a seleção dos candidatos.

Foi aprovado ainda na CE substitutivo do senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) relativo a projeto de

Hélio Costa autorizando o uso de leite pasteurizado na merenda escolar. Agora o PLS nº 41/2003 será incluído na pauta da próxima sessão para apreciação em turno suplementar.

Foram aprovados ainda 33 projetos de decretos legislativos que renovam ou autorizam a prestação de serviços de rádio e TV.



APOIO Hélio Costa relatou projeto que beneficia aluno da rede privada



INDICAÇÃO Bancada aponta Renan Calheiros como novo titular do PMDB na comissão

PMDB vai lutar por emendas só no Plenário

Reunida ontem à noite, a bancada do PMDB decidiu que o partido votará hoje com o relator da reforma na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), não concordando em aprovar emendas em destaque à reforma da Previdência. Assim, o PMDB lutará por suas seis emendas quando o projeto chegar ao Plenário.

A bancada resolveu ainda indicar o senador Renan Calheiros (AL), líder do partido, para integrar a lista de titulares na CCJ, no lugar de Juvêncio da Fonseca (MS), que deixou o PMDB e integra agora o PDT. Também ficou acertado que será substituído na função de titular na CCJ o senador Pápaléo Paes (AP), que anunciara não ter condições de votar a favor do projeto do governo de reforma previdenciária. Ele será substituído temporariamente por Romero Jucá (RR).

Entre as emendas propostas pelo PMDB, uma ameniza a situação do servidor que está a três anos de completar tempo de aposentadoria. A idéia é reduzir de sete para cinco anos o acréscimo de tempo que essas pessoas terão de cumprir para pedir aposentadoria. Na prática, quem se enquadrar nessa situação poderá se aposentar integralmente ao completar 53 anos de idade, se mulher, ou 58 anos, se homem.

CCJ vota hoje proposta de reforma da Previdência

Os 23 membros da comissão se reúnem de manhã para apreciar relatório do senador Tião Viana

Os 23 senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) fazem hoje a primeira votação da reforma da Previdência. A partir das 10h, estará em discussão o parecer do relator, senador Tião Viana (PT-AC), que rejeitou todas as 321 emendas apresentadas.

– Amanhã (hoje) é o dia do não às emendas à reforma. A idéia é discutir as emendas quando a reforma chegar ao Plenário do Senado – afirmou Tião Viana.



POSIÇÃO Tião Viana se diz convicto de que texto da reforma é o melhor para o país

Porém, na noite de ontem, terminou sem acordo uma tentativa do governo de facilitar a votação da reforma da Previdência na CCJ.

– Estou convicto de que o projeto aprovado pelos deputados é o melhor para o país. Por

isso, o governo está recomendando que sejam rejeitadas as emendas apresentadas na CCJ. O governo tem votos, e essa maioria vai se consolidar com as votações – disse o relator.

PSDB, PFL e PDT, partidos de oposição, não concordaram com a idéia dos governistas de votar emendas apenas quando o projeto chegar ao Plenário.

– Não há acordo e só o PSDB vai apresentar 50 destaques para votação de emendas na CCJ – afirmou o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM).

A CCJ é composta por 23 senadores titulares, sendo sete do bloco de apoio ao governo (PT-PL-PSB-PTB) e nove opositores (PFL-PSDB-PDT). O PMDB tem seis representantes na CCJ e o PPS conta com um.

Viana admite isenção para inválidos e doentes

O relator da reforma da Previdência na CCJ, senador Tião Viana, afirmou ontem que “o governo está sensível” às reivindicações para que os aposentados por invalidez com mais de 70 anos fiquem isentos do pagamento da contribuição de 11% sobre a parcela que exceder a R\$ 2.400. Os pensionistas com doenças incuráveis também ficariam isentos.

Tião Viana considerou que o governo “está acessível” à proposta de mudar os subtetos salariais dos estados, válidos para ativos e inativos. Os deputados aprovaram três subtetos, sendo um para cada Poder. No Executivo, será o de governador; no Legislativo, de deputado estadual; e no Judiciário, o de desembargador (este limitado a 90,25% do salário de ministro

do Supremo Tribunal Federal).

Alguns senadores entendem que, nos estados onde o maior salário é o do governador haverá problemas, pois alguns governadores baixaram seus salários para conter aumentos da folha de salários. Para evitar achatamentos, algumas emendas dos senadores buscam fixar apenas um subteto estadual (o salário do desembargador).

PFL decide apresentar relatório alternativo

A bancada do PFL se reuniu ontem e decidiu que apresentará hoje um relatório alternativo à reforma da Previdência, propondo oito mudanças no projeto que os deputados encaminharam aos senadores. O líder do PFL, senador José Agripino (RN), espera enfrentar um “verdadeiro rolo compressor”



JOSE AGRIPIANO governo deve usar “rolo compressor”

do governo na votação da CCJ.

Os oito pontos são: aposentadoria compulsória de servidores aos 75 anos (hoje é 70); isenção da contribuição previdenciária de 11% para aposentados e pensionistas; subteto salarial único nos estados (a Câmara aprovou três, um para

cada Poder); desestatização do acidente de trabalho, permanecendo o sistema misto atual; paridade e integralidade de salários para atuais servidores ao se aposentarem, com adoção de um critério de proporcionalidade para os sete anos de acréscimo na idade de aposentadoria; quatro fundos de previdência complementar dos servidores; manutenção integral das pensões, sem o corte de 30%; e censo previdenciário.

Senadores visitam obras inacabadas

Cerca de mil obras públicas inacabadas nos 26 estados e no Distrito Federal serão visitadas, por amostragem, pelos integrantes da Subcomissão de Obras Inacabadas da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC). As visitas ocorrerão entre os meses de outubro e dezembro e compõem o roteiro de trabalhos apresentado pelo relator, senador Delcídio Amaral (PT-MS), aprovado ontem, por unanimidade, na reunião presidida pelo senador Efraim Morais (PFL-PB).

As obras foram listadas pela Comissão Especial de Obras Inacabadas, que funcionou no Senado em 1995. Em seu relatório final, aquela comissão apresentou também sugestões de aprimoramento do processo de controle das obras públicas e propôs, ainda, que o Senado instalasse mecanismos de acompanhamento das mais de mil obras arroladas.

De acordo com o relator, Delcídio Amaral, as visitas *in loco* às obras atendem ao dever de fiscalização do Legislativo sobre a aplicação dos recursos públicos. As visitas servirão, em sua opinião, para “despertar a sociedade e a classe política para a necessidade de se dar especial atenção a essas obras inconclusas”, verificar as razões das paralisações e sugerir mecanismos para impedir, definitivamente, tais situações.



VIAGENS Delcídio espera que trabalho ajude a evitar paralisação de novas obras

ORDEM DO DIA

Plenário votou ontem medidas de proteção aos brasileiros com mais de 60 anos. Projeto só depende agora da sanção do presidente da República para tornar-se lei

ALMEIDA LIMA



Trata-se de um instrumento moderno, mas é preciso garantias de que não estamos criando falsa expectativa

ARTHUR VIRGÍLIO



O Brasil só vai se respeitar como nação quando respeitar jovens e velhos. Saúdo o projeto de Paulo Paim

AELTON FREITAS



Recebi carta de 120 associações pedindo a aprovação do estatuto, o que demonstra a sua importância

ALOIZIO MERCADANTE



O estatuto vai permitir a implementação de políticas para a população com idade superior a 60 anos

HÉLIO COSTA



Para que a nova lei "pegue", é preciso que a sociedade ajude a fiscalizar, impedindo que se coloque em risco o estatuto

RENAN CALHEIROS



Temos que cuidar dos nossos idosos. É preciso dar a eles melhores condições de vida e protegê-los da violência

LEONEL PAVAN



Neste sábado, 27, se comemora o Dia do Idoso. Com a aprovação deste estatuto, teremos uma sociedade mais feliz

ALVARO DIAS



Um grande avanço, mas não basta. Porque não vai proteger os idosos da agressão que é a reforma da Previdência

JOSÉ AGRIPINO



Vai melhorar a vida dos idosos. Destaco o fim da discriminação dos planos de saúde contra os mais velhos

GARIBALDI ALVES



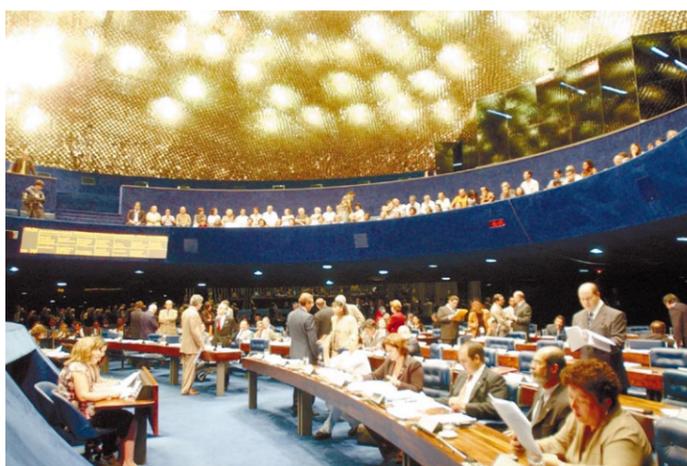
É importante o estatuto, mas temos que ir além. Há até pessoas com 40 anos que não conseguem um emprego

FLÁVIO ARNS



É ele que vai nos dar a base para lutar pelos direitos dos idosos. O estatuto aprovado tem que virar uma peça de cidadania

Aprovado o Estatuto do Idoso



UNANIMIDADE Todos os senadores presentes no Plenário ontem votaram a favor da proposta de Paulo Paim

O Senado aprovou ontem o Estatuto do Idoso, que define medidas de proteção às pessoas com idade igual ou superior aos 60 anos. O projeto regulamenta os direitos dos idosos, determina obrigações das entidades assistenciais e estabelece penalidades para uma série de situações de desrespeito aos idosos. O presidente do Senado, José Sarney, disse que a aprovação do estatuto é um marco da atual legislatura.

De autoria do ex-deputado e atual senador Paulo Paim (PT-RS), o projeto (PLC nº 57/2003)

foi aprovado por unanimidade tanto na Câmara quanto no Senado. Para tornar-se lei, depende agora apenas da sanção presidencial.

Conheça alguns dos principais pontos do estatuto:

- assegura desconto de pelo menos 50% nas atividades culturais, de lazer e esportivas, além da gratuidade nos transportes coletivos públicos para os maiores de 65 anos. A legislação local poderá dispor sobre gratuidade também para as pessoas de 60 a 65 anos;

- no caso do transporte coletivo intermunicipal e interestadual, ficam reservadas duas vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos e desconto de 50% para os idosos de mesma renda que excedam essa reserva;
- nas aposentadorias, o relator acolheu redação de emenda do governo que determina o reajuste dos benefícios na mesma data do reajuste do salário mínimo, porém com percentual definido em regulamento;
- a idade para requerer o salário mínimo estipulado pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) cai de 67 para 65 anos;
- prioridade na tramitação dos processos e procedimentos dos atos e diligências judiciais nos quais pessoas acima de 60 anos figurem como intervenientes;
- os meios de comunicação também deverão manter espaços ou horários especiais voltados para o público idoso, com finalidade educativa, informativa, artística e cultural sobre en-

- velhecimento;
- os currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal deverão prever conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, a fim de contribuir para a eliminação do preconceito. O poder público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos em padrão editorial que facilite a leitura;
- quanto aos planos de saúde, o projeto veda a discriminação do idoso com a cobrança de valores diferenciados em razão da idade, determinando ainda ao poder público o fornecimento gratuito de medicamentos, assim como próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação;
- o idoso terá prioridade para compra de moradia nos programas habitacionais, mediante reserva de 3% das unidades. Está prevista ainda a implantação de equipamentos urbanos e comunitários voltados para essa faixa etária.

Paulo Paim: o projeto é de todo o Congresso

O senador Paulo Paim ressaltou que o Estatuto do Idoso, mais do que um projeto de sua autoria, deve ser considerado como uma proposição de todo o Congresso. Ele registrou que ao dar entrada na matéria na Câmara dos Deputados, em 1997, o documento continha 50 artigos. O texto do Estatuto do Idoso aprovado ontem pelo Senado reuniu um total de 119 artigos.

- Os outros artigos foram colocados por todos os partidos do Congresso, independente de serem da oposição ou da situação. A sociedade também

pode se considerar responsável, através de sua participação no debate. As entidades representativas da terceira idade também. Tenho orgulho de dizer que, talvez por obra do destino, apresentei o projeto original, mas o texto final foi construído com a contribuição de todos, inclusive do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que pediu à base do governo que apoiasse a matéria.

Toda a tramitação do Estatuto do Idoso foi lembrada por Paim. Referindo-se aos deputados Silas Brasileiro (PMDB-MG) e Eduardo Barbosa (PSDB-

MG), ele agradeceu a colaboração de todos os integrantes da Câmara. Destacou também a vontade política do presidente José Sarney, que ofereceu apoio para que a matéria fosse votada ainda em setembro.

Paim agradeceu aos relatores da matéria no Senado, Demostenes Torres (PFL-GO) e Sérgio Cabral (PMDB-RJ), pela celeridade na apresentação dos pareceres. Também reconheceu a importância do apoio da presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), e dos líderes de todos os partidos.



COLABORAÇÃO Paim ressaltou que todos os partidos ajudaram a elaborar o estatuto

ORDEM DO DIA

Ampliação da consciência social, redução da violência contra idosos e maior proteção legal foram alguns dos aspectos destacados pelos senadores durante a discussão do projeto

HELOÍSA HELENA



O estatuto é uma bela proposta de lei. Mas quero ver quem se preocupa com os idosos na votação da reforma da Previdência

LÚCIA VÂNIA



Esta votação comprova que o social é parte fundamental das preocupações do Senado e um tema suprapartidário

EDUARDO AZEREDO



Com a aprovação do Estatuto do Idoso, temos a oportunidade de resgatar a dívida que temos com os mais velhos

FERNANDO BEZERRA



Destaco o que diz o artigo 4º: "Nenhum idoso será objeto de discriminação, violência, crueldade ou opressão"

TASSO JEREISSATI



O Estatuto do Idoso é motivo de orgulho para o Senado e será uma referência na questão do idoso no país

Para relatores, lei única facilita aplicação e garante direitos

A necessidade de o país ter uma legislação específica garantindo direitos para os idosos foi destacada pelos dois senadores que relataram o projeto do Estatuto do Idoso, aprovado ontem pelo Plenário. Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Demostenes Torres (PFL-GO) disse que o estatuto deve se consolidar como um dos mais importantes instrumentos jurídicos da década, a exemplo do que ocorreu com o Código de Defesa do Consumidor, nos anos 90.

– O país, que possui um comportamento demográfico semelhante às nações desenvolvidas, agora vai ter uma legislação que sustenta direitos, regulamenta políticas públicas e estabelece normas de comportamento soci-

Roosevelt Pinheiro



PROTEÇÃO Estatuto tipifica delitos contra idosos, destaca Demostenes, relator na CCJ

al que devem ser observadas em relação ao idoso – afirmou.

Demostenes disse ainda que o texto tem o mérito de tipificar delitos praticados especificamente contra o idoso.

– O Brasil passará a punir quem execra, abusa, humilha e



Roosevelt Pinheiro

AVANÇO Para Sérgio Cabral, relator na CAS, lei única irá facilitar sua efetiva aplicação

violenta o idoso e corrigirá uma das imperfeições de uma sociedade que tem consciência de que precisa mudar comportamentos – informou o senador.

O relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Sérgio Cabral (PMDB-RJ), salientou

que faltava ao sistema jurídico brasileiro um conjunto de normas que regulasse o tema em uma única lei, facilitando o seu conhecimento pela sociedade e a sua efetiva aplicação. O senador observou que o próximo passo para a garantia dos direitos dos idosos deverá ser o estímulo para que estados e municípios implantem políticas públicas nesta área.

– Hoje, no Brasil, se vive mais, mas será que se vive melhor? A sociedade vem a cada dia se conscientizando de que respeitar o idoso é respeitar a vida – disse Cabral.

O senador ressaltou que o estatuto é fruto da participação da sociedade, ouvida em várias audiências públicas e seminários, desde 1997, quando começou sua tramitação na Câmara dos Deputados.

País avança no caminho da justiça social, afirma Sarney

Ao final da sessão em que o Senado aprovou o Estatuto do Idoso, o presidente da Casa, José Sarney, declarou que os senadores aprovaram “um marco desta legislatura, um grande passo no caminho da justiça social no Brasil”. Após essas palavras, às 20h, o Plenário aplaudiu o final da votação. O último orador a

encaminhar a votação foi o senador Paulo Paim (PT-RS), autor do projeto original, quando ainda era deputado. Ao chamá-lo para falar, Sarney referiu-se a Paim como orador que merecia as homenagens de todo o Senado.

Na mesma sessão, o presidente do Senado pediu para registrar os 30 anos do

falecimento do poeta Pablo Neruda.

– Quero fazer esse registro antecipando as celebrações que serão feitas este ano para comemorar seu centenário. E quero lembrar os tempos da minha juventude, quando lia com grande encantamento *Poemas de Amor e Uma Canção Desesperada*, livro que vendeu um milhão de

exemplares nesses 80 anos. Para Sarney, Neruda foi um poeta que marcou a história da literatura mundial, a inteligência e a passagem do homem pela Terra. Lembrou que o poeta foi parceiro das dores da Espanha subjugada, um comunista exaltado e grande embaixador do Chile no mundo inteiro.

JOSÉ JORGE



A questão da criança sensibilizou a sociedade brasileira muito antes do que a questão do idoso veio a sensibilizar

RAMEZ TEBET



Pela apresentação desse projeto, o senador Paim recebe hoje a consagração de um homem público sensível

EDUARDO SUPLICY



O Senado dá um grande passo de respeito aos seres humanos, sobretudo aos que colaboraram para a grandeza do país

ROMEU TUMA



Todo o corpo do Senado está de parabéns pela aprovação de projeto tão importante para a terceira idade

MAGUITO VILELA



Vejo com alegria a aprovação do estatuto, que transformou o direito consuetudinário em direito escrito

VALADARES



Temos que cuidar dos nossos velhos. A maioria dos que vivem em instituições para idosos é abandonada pelas famílias

EFRAIM MORAIS



É missão desta Casa fiscalizar o governo para ver se o Estatuto do Idoso será efetivamente posto em prática

DUCIOMAR COSTA



Precisávamos de um projeto como esse. O Brasil avançou, mas precisa adquirir a cultura do respeito ao idoso

LEOMAR QUINTANILHA



O estatuto consolida um arcabouço jurídico que alerta a população para a importância dos idosos

MAGNO MALTA



É um privilégio dado ao Senado a oportunidade de aprovar projeto dessa natureza, envergadura e importância

ORDEM DO DIA

Senadores ressaltaram a importância de garantir os direitos dos idosos e um futuro melhor para eles

AUGUSTO BOTELHO



A aprovação do estatuto resgata uma coisa que estávamos perdendo no Brasil: o respeito aos idosos

AMIR LANDO



É um momento de grandeza do Parlamento. Um país que não olha para os idosos ceifa o presente e o passado

NEY SUASSUNA



O estatuto aprovado pelo Senado é um passo importante para recuperar os direitos dos idosos

MÃO SANTA



Viva os idosos do nosso país!

EDUARDO S. CAMPOS



O Brasil assegura, embora tardiamente em relação a outros países, o direito dos idosos

EURÍPEDES CAMARGO



A aprovação do estatuto procura resgatar uma dívida dos brasileiros com as gerações passadas

PAULO OCTÁVIO



Minha expectativa é de viver por muitos anos e ter um estatuto que venha a respeitar a minha velhice

LUIZ OTÁVIO



O estatuto representa uma medida legal importante para assegurar os direitos dos idosos

Viana pede CPI sobre licitação no governo FHC

O líder do PT, senador Tião Viana (AC), apresentou à Mesa requerimento de instalação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar denúncias de suposto "direcionamento de licitações" em favor da empresa norte-americana Hypercom, para distribuição de cartões magnéticos a usuários e instalação de um sistema de informatização das operações do Sistema Único de Saúde (SUS). O favorecimento teria ocorrido durante o governo Fernando Henrique Cardoso. O requerimento para criação da CPI tem as 27 assinaturas

necessárias.

Na justificativa, Tião Viana afirma que as denúncias de favorecimento da empresa norte-americana se baseiam no fato de que a vitória da Hypercom na fase piloto de implantação do novo sistema de informatização do SUS pelo Ministério da Saúde deu-lhe a garantia de vencer também a etapa de expansão. "As dúvidas quanto à lisura do processo permaneceram", segundo o senador.

A CPI terá um prazo de 180 dias para investigar o caso e será composta de 11 senadores titulares e sete suplentes.

Valadares teme aumento do emprego informal

Senador adverte para efeitos negativos do crescente número de trabalhadores que não têm carteira assinada



ALERTA Valadares diz que recursos da área social devem ser mantidos a todo custo

que mundial negativo nessa área, e isso não foi construído em um, dois ou dez governos. É todo um processo histórico.

Valadares disse que o Brasil deve entrar em "alerta vermelho" na área social, preservando a todo custo os investi-

mentos em saúde e educação, independentemente de dificuldades orçamentárias.

– A escola pública e a saúde pública são formas de distribuição de renda que jamais podemos perder de vista e para as quais temos que assegurar as verbas necessárias de qualquer maneira. Para isso é preciso uma emenda constitucional, porque são direitos básicos e intocáveis da cidadania – afirmou o senador.

Lula na ONU

O senador elogiou o discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ontem, na abertura da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, quando defendeu o multilateralismo e criticou a política externa dos Estados Unidos.

Aelton elogia luta contra analfabetismo

O senador Aelton Freitas (PL-MG) elogiou ontem artigo do diretor-geral da Casa, Agaciel Maia, intitulado "Analfabetismo: o Senado entra na luta", publicado domingo passado no jornal *Correio Braziliense*. No texto, Agaciel relata ações do Senado destinadas a alfabetizar funcionários terceirizados. As iniciativas descritas no artigo foram idealizadas pelo presidente da Casa, José Sarney, e contam com o apoio voluntário de servidores.

Aelton sugeriu que o trabalho do Senado sirva de inspiração para outras entidades, ressaltando a grande carência vivida pelo país nessa área (os índices apontam que metade da força de trabalho é de analfabetos).



INICIATIVA Aelton destaca o trabalho do Senado com servidores terceirizados

– O Brasil não pode pensar em crescimento econômico e justiça social sem antes promover a efetiva erradicação do analfabetismo – afirmou.

Aelton também parabenizou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo lançamento do Brasil Alfabetizado, programa com que o governo pretende alfabetizar 20 milhões de pessoas até 2006. O senador informou que o governo deve investir R\$ 170 milhões em 2003 e R\$ 185 milhões no próximo ano.

– A meta é, sem dúvida, ambiciosa, mas perfeitamente possível se houver envolvimento generalizado de empresas, organizações não-governamentais (ONGs), administrações estaduais e municipais, por meio de convênios a serem firmados. O que não pode faltar, conforme destacou o próprio presidente Lula, é vontade política – frisou o senador.

Almeida Lima registra homenagem a prefeito

O senador Almeida Lima (PDT-SE) destacou ontem a entrega da comenda Colar do Mérito Ministro Miguel Seabra Fagundes ao prefeito de Pião (SE), Eduardo Marques de Oliveira. O colar é a mais alta distinção concedida pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). O parlamentar disse que o prefeito, de quem é amigo, administra o município de Pião pela terceira vez, tendo

sido também deputado estadual e, segundo afirmou, "merece o aplauso de todos os sergipanos". Tanto Eduardo de Oliveira quanto as outras autoridades agraciadas com a comenda – o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Valmir Campelo, e o presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Manuel Paula Andrade Neto – sustentam, segundo o senador, "uma postura de correção".



COMENDA Segundo Almeida Lima, agraciado merece o aplauso dos sergipanos

Sibá ressalta ações ambientais no Acre e contesta revista

O senador Sibá Machado (PT-AC) disse que a reportagem da revista *Veja* sobre o desmatamento no Acre não faz justiça às ações do governo do estado na área ambiental. Segundo o senador, o estado tem 38 áreas de proteção ecológica, somando 7,8 milhões de hectares, o que representa 47,8% do território acreano. Ele ainda relacionou ações governamentais nessa área.

Além disso, afirmou o senador, o Acre possui três áreas de manejo florestal comunitário. De acordo com Sibá, o governador Jorge Viana (PT) implantou programa de mecanização agrícola, atendendo a 22 associações que agregam mais de 600 produtores rurais da região do Vale do Acre.

– A sustentabilidade é possível, viável e exequível, como dão exemplo experiências vividas no Amapá, no governo de João Capiberibe, e no Amazonas, no governo Eduardo Braga. Esses são exatamente os estados com os menores índices de desmatamento – disse Sibá.



Para Tião Viana, taxas de desmatamento são incorretas

A reportagem da revista *Veja* intitulada “O crime da motosserra” parte de informações inverídicas e apresenta conclusões equivocadas sobre o desmatamento no Acre, afirmou Tião Viana (PT-AC), que trouxe a Plenário nota do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para refutar o teor do texto publicado pela revista. De acordo com a reportagem assinada pelo jornalista Luciano Coutinho, o Acre tem perdido 1% da sua cobertura vegetal por ano.

– Essas denúncias trazem um prejuízo grave para um projeto político baseado no desenvolvimento sustentado, que respeita o que está à nossa volta e propõe a utilização das riquezas de forma inteligente. O diretor do Sensoriamento Remoto do Inpe, Dalton de Morisson Valeriano, em nota citada por Tião Viana, afirma que não é possível estimar a taxa de desmatamento de um estado a partir das imagens referidas por *Veja*, porque “é preciso saber quanto da área pertence a um determinado estado”. O técnico, citado na reportagem, diz que a matéria da revista usa suas declarações totalmente fora de contexto.

“Está, portanto, incorreta a taxa de desmatamento no estado do Acre no período 2001-2002 publicada no gráfico na referida matéria”, esclarece a nota do Inpe.

Paysandu não deveria ser punido, segundo Papaléo

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) fez um apelo ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), na tarde de ontem, para que não estendesse ao Paysandu Sport Clube do Pará qualquer punição referente a seu presidente, Arthur Tourinho, por irregularidades administrativas que possa ter cometido. No entanto, a Comissão Disciplinar do STJD, em julgamento realizado no final da tarde, no Rio de Janeiro, decidiu retirar três pontos do time paraense.

O tribunal informou que a decisão decorreu da escalação irregular de dois jogadores no Campeonato Brasileiro. A inscrição dos atletas fora feita por Tourinho, mas, como ele estava suspenso pelo próprio STJD, o ato foi considerado ilegal.

O senador disse que esperava que o STJD aplicasse ao presidente do clube as penalidades cabíveis pelas normas em vigor, não optando por retirar os pontos conquistados pelo Paysandu no campeonato, como reivindicavam alguns, sobretudo os clubes adversários.

– Uma punição aplicada ao Paysandu seria injusta não somente com o clube, mas também com sua torcida.

Em aparte, Maguito Vilela (PMDB-GO) lembrou que o presidente do Paysandu foi punido administrativamente, e não cassado. Assim, as acusações de ter contratado profissionais de maneira irregular não poderiam servir como via para punir o clube.



ACM volta a defender o orçamento impositivo

■ Para senador, não faz sentido que verbas de programas possam ser suspensas pelo Poder Executivo

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) defendeu ontem a necessidade de o país adotar um orçamento impositivo, pelo qual os recursos públicos não possam ser contingenciados pelo Executivo, como acontece atualmente no Brasil.

– Trata-se de uma medida séria e moralizadora. Todos os senadores deveriam lutar por ela para fortalecer o Congresso. O orçamento autorizativo permite que o governo coman-



PROPAGANDA ACM critica também gigantismo da imprensa oficial

de o Legislativo, através do expediente de sustar a liberação das verbas – afirmou.

Segundo Antonio Carlos, é a falta de um orçamento impositivo que explica o que está acontecendo com a Bahia, cujos recursos para diversos programas estão contingenciados. Por outro lado, obser-

vou, o governo federal liberou verbas para financiar obras em países estrangeiros como Venezuela e Cuba.

– É inacreditável, mas é verdade que o metrô da Venezuela ficará pronto com dinheiro brasileiro no corrente ano, enquanto o de Belo Horizonte somente estará terminado em 2007, porque suas verbas foram cortadas – protestou.

Antonio Carlos se queixou do gigantismo do setor de propaganda do governo, que estaria parecendo o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) dos tempos de Getúlio Vargas, só que maior. O senador disse que o setor de propaganda “fica enchendo as páginas da imprensa com notícias favoráveis ao governo, mas que não são verdadeiras”.

Arthur Virgílio destaca denúncia contra Duda

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) destacou ontem denúncia feita pelo colunista Ricardo Boechat, no *Jornal do Brasil*, de que Duda Mendonça estaria fazendo a defesa “junto aos cardeais do PT” do dono do grupo Opportunity, Daniel Dantas, acusado de várias irregularidades no setor de telecomunicações.

Virgílio também leu editorial de ontem de *O Estado de S. Paulo*, intitulado “Da promiscuidade entre marketing e poder”. O texto trata de entrevista concedida pelo ministro Luiz Gushiken, da Secretaria de Comunicação de Governo e Ges-

tão Estratégica (Secom), na qual ele comenta as tarefas que deverão caber ao publicitário.

Na entrevista, Gushiken informa que Duda Mendonça terá autonomia junto aos ministérios para “se relacionar, se reunir para discutir e saber como é que cada área deve atuar, para que tudo fique em consonância com a linha de governo”. O editorial de *O Estado de S. Paulo* afirma que “até agora tínhamos no governo Lula, digamos, dois primeiros-ministros, a saber, Palocci e Dirceu. Ao que tudo indica, haverá mais um, Duda”.

– É hora de Duda Mendonça



“PROMISCUIDADE” Virgílio lê editorial sobre relações entre marketing e poder

e o governo optarem: Duda trabalha para o PT ou trabalha para o governo? Se trabalha para o PT, então não entre em licitações do governo. Se trabalha para o governo, não trabalhe para o PT. A mistura não é o que eu quero para o presidente Lula, que tem um passado irretocável – disse Virgílio.

Cooperativa educacional é opção

A importância do cooperativismo no ensino como alternativa eficaz ao déficit de vagas na escola pública e aos elevados custos do ensino privado foi ressaltada pelo senador Valmir Amaral (PMDB-DF).

– Em um país como o nosso, essas cooperativas acabam respondendo às demandas que a União, os estados e os municípios não conseguem atender – acrescentou o parla-



Valmir Amaral faz defesa de alternativa

mentar, assinalando que as cooperativas também permitem um controle ainda mais estrito da qualidade do ensino ministrado.

As cooperativas de ensino, explica o senador, seguem o padrão das entidades do gênero, ou seja, “o professor ocupa, ao mesmo tempo, os papéis de empregado e empregador”, sendo que uma parcela das mensalidades

é aplicada em novos investimentos e o resto, rateado entre os cooperados.

Além do ensino tradicional de nível fundamental e médio, o senador destacou também os cursos de idiomas desenvolvidos por essas entidades. Ele citou o exemplo da Cooperativa de Ensino de Línguas Estrangeiras Modernas (Cooplem), que atua no Distrito Federal e reúne 4 mil alunos que não têm condições de pagar por uma “escola de grife”. Os professores da entidade recebem, em média, R\$ 1,2 mil, informou.

CAE aprova incentivos fiscais para o Amapá

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram ontem, por unanimidade, o projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) que estende para a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, localizada no Amapá, os incentivos fiscais aplicados à Zona Franca de Manaus. A matéria, votada em caráter terminativo, vai agora ao exame da Câmara, se não houver recurso para apreciação no Plenário.

Sarney argumenta, na justificativa da proposta, que os benefícios irão possibilitar a implantação de um pólo industrial e comercial no Amapá, que, dada sua localização estratégica com relação aos mercados externos, será voltado para a exportação. Isso poderá viabilizar um desenvolvimento sustentável para a região, ao mes-

mo tempo em que preserva os recursos locais e aquece a economia, enfatiza o senador.

Entre as medidas práticas da decisão, destaca-se a isenção do Imposto de Exportação e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os bens industrializados na área de livre comércio.

Os senadores Ney Suassuna (PMDB-PE), Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiaram a adoção de incentivos.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), explicou que, apesar de ser contrário, no momento, a proposição que implementem tratamento tributário diferenciado para os estados, iria votar a favor do projeto, que tem como objetivo o desenvolvimento do estado do Amapá.



Projeto de José Sarney deve ser enviado agora à deliberação da Câmara

Roosevelt Pinheiro

Jogo que induz violência pode ter imposto maior

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, por unanimidade, projeto do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que eleva o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Importação sobre os brinquedos, jogos e demais produtos que possam conduzir ou incitar a violência.

A matéria (PLS nº 128/99), aprovada em caráter teminativo, com base em parecer do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), seguirá direto para a Câmara, se não houver pedido

para votação no Plenário do Senado.

Também foi acolhida pela CAE parecer do senador Pedro Simon (PMDB-RS) favorável a mensagem do Executivo pedindo autorização para contratar crédito destinado a financiamento parcial do programa de combate às doenças sexualmente transmissíveis (DST) e à Aids. Os recursos, no valor de US\$ 100 milhões, serão emprestados pelo Banco Mundial. O valor do programa é de US\$ 200 milhões e será gerido pelo Ministério da Saúde.

Ex-gerente conta detalhes do envio ilegal de divisas

Depoente revela que Banestado subfaturava exportações para burlar cobrança de tributos federais

Célio Azeredo



DESCONTOLE Eraldo Ferreira disse que não havia fiscalização das contas

O esquema montado no Banestado para remessa irregular de divisas ao exterior foi detalhado ontem pelo ex-gerente do banco em Curitiba Eraldo Ferreira. Em depoimento à CPI que apura a evasão irregular de dólares, ele revelou que agências da instituição em Maringá, Londrina e Apucarana faziam operações de subfaturamento de exportações como forma de burlar a cobrança de impostos pela Receita Federal.

Eraldo afirmou que, a partir de orientações da assessoria da diretoria de câmbio do Banestado, entre 1993 e 1995, abria contas na agência em Nova York, com competência para assinar documentos como se fizesse parte da gerência administrativa nos Estados Unidos. Os recursos eram remetidos em

dólares comprados na casa de câmbio Transoceânica e na Santa Clara Factoring, de São José dos Pinhais (PR), informou.

Por este tipo de operação (dólar-cabo), o valor é transferido eletronicamente para uma conta no exterior, não ocorrendo portanto o manuseio das cédulas de dólar.

"Laranjas"

Os clientes que abriam contas "eram laranjas deles mesmos", já que elas tinham nomes fictícios, informou o ex-gerente. As contas de pessoas físicas, revelou, tinham saldos médios entre US\$ 20 mil e US\$ 30 mil, e as de empresas,

US\$ 80 mil. O maior saldo, revelou, de US\$ 300 mil, era do ex-prefeito do município de Castro (PR), Rivaldavia Menarim.

No total, o depoente disse que deve ter movimentado US\$ 4,5 milhões por meio de dólar-cabo, mas, salientou, outros gerentes operavam algumas contas maiores. O controle dessas contas, segundo

Eraldo, era "uma bagunça", o que teria ocasionado a sua demissão e levado à denúncia das irregularidades, que fez por meio de cartas, em poder da CPI, encaminhadas a dirigentes do Banestado.

As operações, disse Eraldo, faziam parte da política de captação de recursos do Banestado em Nova York, pois o dinheiro remetido era usado para o financiamento de exportações. Enquanto o dinheiro enviado tinha remuneração, em dólar, de 4,5% ao ano, os recursos emprestados a exportadores rendiam 18% ao ano para o banco, acrescentou.

CPI do Banestado ouve mais três depoentes

Durante a reunião da CPI, o ex-gerente do Banestado em Nova York Valdir Antônio Perin usou o direito de permanecer calado em relação a perguntas que pudessem incriminá-lo. Perin argumentou que está respondendo a processo junto à Justiça Federal.

Ele é acusado de lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, mas garantiu não conhecer as pessoas com as quais, segundo a denúncia, teria agido de forma criminosa. O ex-funcionário do Banestado recusou-se a responder

diversas perguntas do relator, deputado José Mentor (PT-SP), como, por exemplo, se havia contas de doleiros em Nova York. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) lamentou as respostas evasivas do depoente.

A CPI também ouviu ontem Valderli Werle, que foi assistente da gerência na agência do Banestado em Foz do Iguaçu. Os senadores e deputados questionaram Werle sobre a expressiva movimentação financeira em contas cujos titu-

lares eram seu irmão e sua mãe.

O último a ser ouvido foi o ex-funcionário do Banestado nas Ilhas Cayman, Ricardo Franczyk. Ele afirmou que concedeu empréstimos no valor de US\$ 4,7 milhões a quatro empresas do Paraná em troca de notas promissórias, no valor do empréstimo. O ex-gerente disse que as garantias para os empréstimos eram insuficientes e que os recursos foram liberados às pressas e alegou ter cumprido ordens.

Obras de metrô em capitais geram debate em comissão



José Cruz

Racionalidade nas obras, descentralização do sistema por meio da entrega de parte da gestão aos governos estadual e municipal e integração dos transportes. Essas foram as principais propostas defendidas ontem por técnicos de transporte do governo federal na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), com o objetivo de tornar mais rentáveis

os metrô nas diversas capitais do país.

A secretária-executiva do Ministério das Cidades, Erminia Maricato, reconheceu que os recursos federais destinados aos metrô são escassos, mas deixou claro que as obras "são gigantescas e que, em sua grande maioria, foram iniciadas sem a devida sustentação fi-

nanceira".

O senador César Borges (PFL-BA), um dos autores do requerimento que resultou na audiência pública, cobrou do governo federal solução imediata para que o país tenha um transporte público de qualidade. O senador Eurípedes Camargo (PT-DF) defendeu racionalidade nas obras dos metrô, enquanto o senador Tas-

so Jereissati (PSDB-CE) reclamou dos poucos recursos federais aplicados nas obras dos metrô que estão em andamento. Também participaram do debate na comissão os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), José Jorge (PFL-PE) - foto - e Amir Lando (PMDB-RO). José Jorge estranhou mudanças na direção do metrô do Recife.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Heráclito Fortes e pela senadora Lúcia Vânia